

O Mundo em Português Nº20

Maio 2001

A Esperança Adiada

Patrícia Magalhães Ferreira

Desgovernada. É assim que se pode qualificar a situação actual na Guiné-Bissau, dois anos após a queda de Nino Vieira. Com uma sociedade civil que clama pelo direito às necessidades mais básicas, um poder político inoperante e um apoio internacional desorganizado, o país continua adiado.

Depois da tempestade, a bonança tarda em chegar à Guiné-Bissau. Ao nível interno, os problemas da actual situação política mostram, mais do que nunca, que a paz não significa estabilidade, nem a realização formal de eleições é sinónimo de transição democrática. Ao nível externo, uma comunidade internacional desarticulada, com prioridades de cooperação distintas, não consegue encontrar nas opções e instrumentos actualmente existentes, respostas eficazes para lidar com a especificidade da situação.

Situação Interna Instável

A proclamada "normalização da vida política guineense", objectivo expresso após o conflito que em 1998 devastou o país, parece cada vez mais uma utopia. A prová-lo estão as constantes remodelações do Executivo, os boatos de conspiração que valem prisões e demissões, a fobia de um golpe de Estado eminente, a volatilidade permanente que incentiva actos de corrupção e lógicas de curto-prazo na actuação governamental.

Até há bem pouco tempo, as esperanças seriam bem maiores. A rebelião desencadeada pela Junta Militar do General Ansumane Mané expressava as expectativas de grande parte da população, cansada de décadas de um regime que, apesar de nos últimos anos mostrar sinais de abertura, permanecia na sua essência ditatorial. A deposição de Nino Vieira e a formação de um Governo de Unidade Nacional encarregue de preparar a transição para a realização de eleições legislativas e presidenciais, deveriam conduzir o país para a democracia e para a reconciliação, colocando-o imediatamente na categoria de "pós-conflito" nas agendas internacionais.

Após as eleições, a dualidade de legitimidades entre um governo democraticamente eleito e o poder de uma Junta Militar cujo líder continuava a ter um estatuto idêntico ao do Presidente da República, revelou-se uma questão central para a estabilidade política na tabanca do poder central. Resolver sumariamente o problema através do assassinato de Ansumane Mané veio no entanto levantar novas questões na sociedade guineense, para além de produzir instantaneamente um herói aos olhos da população. Por um lado, trouxe para a praça pública a questão da identidade religiosa, na medida em que chefes muçulmanos de toda a região vieram a Bissau prestar-lhe homenagem e chorar a sua morte. Por outro lado, contribuiu para a criação de novos "Ansumanes" no seio da instituição militar, ou seja, elementos de pressão com grande poder sobre a evolução da situação política.

Ao nível governamental, as dificuldades de relacionamento entre as duas formações que constituíam a base do actual governo eleito em Dezembro de 1999 – o Partido da Renovação Social (PRS) e o Movimento Bafatá – culminaram no rompimento da coligação após mais uma renovação governamental sem pré-aviso, no fim de Janeiro último.

As críticas a Kumba Ialá aumentam de dia para dia através de uma evidente insatisfação social que se manifesta em greves constantes pelas ruas de uma cidade que nem sequer luz e água consegue assegurar aos seus habitantes. Ao nível económico, apesar da estabilidade monetária assegurada pela pertença à União Económica e Monetária da África Ocidental, da recuperação de alguns indicadores macro-económicos e das recentes promessas de alívio da dívida externa, não há qualquer consequência na melhoria do nível de vida da população, sendo que 88% continua a viver com menos de \$1USD por dia.

Catem dinheiro, catem estabilidade, catem esperança (o prefixo "ca" significa em crioulo a negação - não, nunca), parece ser o sentimento dominante nas ruas estreitas do mercado do Bandim, em Bissau. E no meio disto tudo, o palácio de Nino, parcialmente destruído e abandonado no centro da cidade, parece ganhar outra vida, havendo já quem exprima, sussurrando, o desejo do seu regresso.

Para o actual Presidente, resta o apoio aparentemente incondicional da comunidade internacional e, ao nível interno, o recurso cada vez mais evidente a uma base de apoio étnica. A etnia Balanta, que constituiu a principal força de combate de Amílcar Cabral, mas que durante o regime de Nino Vieira foi abertamente discriminada, ocupa agora a esmagadora maioria dos cargos superiores e intermédios no aparelho público. Esta estratégia, deliberada ou fruto de uma tentativa inconsciente de assegurar uma maior lealdade da base de apoio, introduz perigosas linhas de fractura na sociedade guineense, de tal forma que muitos dizem que a próxima guerra no país, a existir, será certamente uma guerra civil.

Cooperação Internacional Inadequada

Apesar de ser o país africano de língua portuguesa que mais ajuda per capita recebeu desde a independência, os resultados são insuficientes ou pouco visíveis na transformação das condições de vida dos guineenses. Para além disso, os fluxos financeiros externos criaram no país uma dependência crónica, com reflexos evidentes ao nível das estruturas públicas, sempre na expectativa que cheguem novos fundos atribuídos segundo a "moda" internacional do momento: o apoio a grupos de mulheres (as chamadas "questões de género"), o ambiente, ou mais recentemente, aquilo que se convencionou vagamente chamar de "Boa Governação".

Paradoxalmente, uma das razões apontadas para a insuficiência dos resultados da cooperação internacional é exactamente a inexperiência e a incapacidade governamental de absorção de toda a ajuda, ligada a uma incapacidade de coordenação e de resposta a todas as solicitações dos doadores.

Da parte dos beneficiários verifica-se, por um lado, uma incapacidade de recusar qualquer ajuda que é oferecida face às enormes necessidades do país e, por outro lado, um esforço de adaptação às prioridades e formas de actuação dos diversos doadores, eles próprios pouco coordenados entre si. O cumprimento dos critérios de condicionalidade política que acompanham a cooperação económica (como a realização formal de eleições), impostos pela comunidade internacional, traduzem-

se em formalidades que apenas tocam a ponta do iceberg. A necessidade de reformas estruturais profundas que se traduzam, por exemplo, num reforço das instituições democráticas e numa redefinição do papel das forças armadas na vida política guineense, são assuntos que não constam da agenda política das grandes agências nem da visão de curto-prazo do governo da Guiné-Bissau.

Da parte das agências internacionais, há na generalidade uma pressão para despendar rapidamente os montantes pré-estabelecidos, em projectos que muitas vezes não têm continuidade, e uma rigidez de procedimentos que pouco se coaduna com a volatilidade de países como a Guiné. Isto está ligado ao facto de as agências possuírem mandatos inadequados para lidar com a especificidade de países que são estruturalmente frágeis, afectados directa ou indirectamente por conflitos violentos, e que por essa razão exigem mecanismos de resposta diferentes, mais flexíveis, rápidos e correspondentes às necessidades concretas dessa situação particular.

As tentativas de chegar mais directamente às populações, fomentando a execução de projectos através de Organizações Não-Governamentais sem passar pelo Governo do país em causa, têm resultado, na sua generalidade, num enfraquecimento do próprio Estado, que continua a ser incapaz de assegurar o fornecimento de serviços sociais básicos como a saúde ou a educação.

Também na Guiné se verifica esta tendência, uma vez que a acção das grandes agências fica paralisada face a um Estado inoperante, com o qual se assinam protocolos de colaboração sem qualquer expressão prática. Neste sentido, é de assinalar a existência de uma sociedade civil guineense ainda não coordenada mas activa, com capacidade de execução de projectos de desenvolvimento a partir da base. Um bom exemplo é o projecto de reabilitação dos bairros periféricos de Bissau, levado a cabo por três ONG guineenses em parceria com três ONG portuguesas, e que tem conseguido, especialmente no Bairro do Quelelé, responder às necessidades mais prementes dos moradores (p.ex. em termos de reabilitação de infraestruturas, de cuidados de saúde, de criação das chamadas "escolas populares", de formação e promoção de pequenas actividades económicas, etc). No entanto, também estes projectos terão que ser executados em parceria com o Estado e não contra ele, por forma evitar a criação de bolsas isoladas de desenvolvimento e a existência de sistemas de educação ou de saúde paralelos, sem qualquer reconhecimento ou participação do poder central.

A actuação das grandes agências não peca apenas pela falta de respostas e mecanismos adequados, mas também pela inexistência de uma análise sócio-política profunda que sirva de base à sua actuação. Depende de cada um, é certo, e há quem nem sequer se esforce. Como os mais altos representantes de algumas agências das Nações Unidas, que teimam em não tentar aprender português, num país onde falar a língua francesa é sinónimo de tomar uma posição política clara quanto aos destinos da Guiné e da própria sub-região. Ou como as organizações que durante o conflito optaram em fornecer arroz proveniente do exterior, arruinando a produção nacional que continuava activa em certas zonas menos instáveis do território.

E, talvez mais grave do que tudo isto, a criação de expectativas não cumpridas por parte da comunidade internacional, que em Geneva em 1999 prometeu mais de 200 milhões de dólares que nunca chegaram, o que certamente contribui não só para a descredibilização dos doadores, mas também para fragilizar um processo de transição que é crucial para o futuro da Guiné-Bissau.

O caso dos Estados membros da União Europeia presentes no país – Portugal e França - é um pouco diferente, já que o problema não reside no desconhecimento da

realidade socio-económica e política do país nem na promoção de expectativas infundadas, mas sim em aspectos de coordenação interna e externa. Por um lado, não conseguem encetar uma colaboração eficaz devido a motivações políticas divergentes que impedem, como impediram durante o conflito, uma concertação de acções. Por outro lado, ao nível de Portugal é ainda evidente, não obstante toda a boa vontade dos recursos humanos existentes em Bissau, uma descoordenação subjacente à própria cooperação portuguesa. Um exemplo são os jovens professores de português enviados para Bissau sem qualquer preparação relativamente à realidade africana, com baixos salários face às obrigações que têm de assumir e sem um enquadramento institucional apropriado, devido aos problemas de coordenação entre o GAERI (do Instituto da Educação), o ICP e o Instituto Camões.

A correspondência entre expectativas e acções, a promoção da coordenação entre doadores e a adaptação dos procedimentos a uma realidade sócio-política e económica específica são, portanto, essenciais para a melhoria dos resultados da cooperação internacional na Guiné-Bissau.